

para o estabelecimento de linha a 30 kV (BJ30-19-13), com 368,60 m, origem no apoio n.º 7 da linha a 30 kV SE Serpa — SE Cerro do Calvário (1.º troço — mod. P1-P14) (BJ30-19) e término no PTC-AS — Santa Casa da Misericórdia/Lar S. Francisco (Serpa) — Retificativo 2, freguesias de Salvador e Santa Maria, concelho de Serpa, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional da Economia ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

17 de dezembro de 2013. — O Diretor de Serviços de Energia, *António Martins*.

307540269

Édito n.º 37/2014

Processo EPU n.º 13066

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Moura e nesta Direção Regional, sita na Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail dre.alentejo@dreal.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, SA — Direção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha aérea de MT a 30 kV (BJ30-40-04-01-01-02), com 396,30 metros, com origem no apoio n.º 9 da linha de MT a 30 kV para Courela das Antas e término no PTD-MRA-255; Posto de Transformação aéreo-AS com 100 kVA/30 kV e rede de Baixa Tensão (RBT-MRA-255) — Monte da Estrela de N.ª Sra. de Santana, freguesia de Póvoa de São Miguel, concelho de Moura, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional da Economia ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

27 de dezembro de 2013. — O Diretor de Serviços de Energia, *António Martins*.

307534259

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

Declaração de retificação n.º 54/2014

Para os devidos efeitos se declara que o Despacho n.º 12946/2012, de 2 de outubro de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 87, de 7 de maio de 2012, que determinou a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre as parcelas de terreno necessárias à implantação da Condução do Subistema de Abastecimento de Água de Lumiares, pertencente ao sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, saiu com imprecisões, que, mediante declaração, assim se retificam:

No mapa de áreas anexo, na coluna relativa à descrição predial da parcela n.º 1801035, onde se lê “0031/120387”, deve ler-se “311”.

13 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*.

207541476

Declaração de retificação n.º 55/2014

Para os devidos efeitos se declara que o Despacho n.º 11913/2012, de 21 de agosto de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 174, de 7 de setembro de 2012, que determinou a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre duas parcelas de terreno localizadas no concelho de Torres Vedras (freguesia de Maxial), a favor da Câmara Municipal de Torres Vedras, saiu com imprecisões, que, mediante declaração, assim se retificam:

Na subalínea ii) do n.º 2, onde se lê “4075 m” e “119 m”, deve ler-se “4,075 m” e “1,19 m”, respetivamente.

13 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*.

207541679

Despacho n.º 1190/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações, exercer as funções de técnico especialista do meu Gabinete, a licenciada Ana Maria Moura Gomes, engenheira, com efeitos a 6 de janeiro de 2014.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

13 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Ana Maria Moura Gomes, nascida em Lisboa a 20 de abril de 1966

Habilitações académicas:

Licenciada em Engenharia Agrícola, Ramo Científico-Tecnológico, pela Universidade de Évora (1992)

Pós-graduada em Gestão Empresarial de Micro e Pequenas Empresas, pelo Instituto Superior de Gestão (2004)

Experiência profissional:

2013 — Chefe da Equipa de Assistência Técnica (AT) ao Projeto de Apoio Institucional ao Gabinete do Ordenador Nacional (ON) para a Cooperação ACP-EU — Moçambique;

2012 — Perito em modalidades de prestação de ajuda da CE a Países Terceiros no âmbito da Missão para a Avaliação da Capacidade Institucional no Ensino Primário e a Formulação do Projeto de Apoio ao Ensino Primário (Fase II) — Angola;

2011-2012 — Assessoria à Unidade de Gestão do Projeto de Apoio às Iniciativas Culturais dos PALOP e TL — Portugal (apoio à distancia), Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde;

2011 — Perito em modalidades de prestação de ajuda da CE a Países Terceiros no âmbito da Missão para a Apoio aos Atores Não Estatais (ANE) — Moçambique;

2011 — Chefe de Equipa da Missão de assessoria à Unidade de Gestão do Projeto de Apoio ao Setor da Formação Profissional nos PALOP e TL — Cabo Verde;

2010-2011 — Chefe de Equipa de AT ao Projeto de Apoio ao Ensino Primário — Angola;

2010 — Perito da Missão de AT Técnica aos ANE beneficiários do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos do Homem (IE-DDH) para o período 2011-2013 e Perito da Missão de avaliação final do Projeto de Apoio aos ANE em Moçambique;

2009-2010 — Perito Principal da Equipa de AT à Unidade de Gestão do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Setor da Saúde nos PALOP e Administradora do Projeto para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe;

2009 — Perito da Missão de assessoria à Unidade de Gestão do Projeto de Apoio aos Órgãos de Soberania e ao Estado de Direito (Guiné-Bissau) e Perito da Missão de apoio à gestão e à monitoria interna de resultados do Projeto de Apoio ao ensino Primário (Angola);

2007-2008 — Perito Principal do Projeto de Reforço das Capacidades de Gestão/Coordenação e Apoio à Execução de Projetos Geridos pelos Serviços do Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) na República de Angola;

2005-2007 — Perito Principal da Equipa de AT (Perito em Administração e Finanças FED) ao Projeto de Apoio Institucional aos Serviços do ON do FED — Angola;

2004-2005 — Perito em desenvolvimento rural para o apoio à Associação Portuguesa de Jovens Agricultores (AJAP) na elaboração de candidaturas ao Programa Agro e ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) — Portugal;

2002-2003 — Perito em desenvolvimento rural e membro da equipa de identificação do Programa de Desenvolvimento Integrado Rural, no Suco de Luca em Viqueque — Portugal e Timor-Leste;

1997-2001 — Perita em programas de ajuda ao desenvolvimento da CE da Associação Portuguesa de Apoio à África (APOIAR) — Portugal;

1997-2003 — Diretora da GESTRES Gestão Estratégica Espírito Santo, SA (Divisão ESAGRI);

1994-1996 — Assistente técnico na Delegação da CE em Moçambique para os programas de desenvolvimento rural, agricultura, pecuária e pescas;

1992-1994 — Jovem Perita da CE — Moçambique.

Outras atividades:

Colaboração com diversas Organizações da Sociedade Civil no apoio à elaboração de candidaturas a Convites para a Apresentação de Propostas da CE para os países ACP, bem como na monitorização de ações/projetos.

207538869

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Aviso n.º 1024/2014

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência da aprovação da Lista de Diplomados no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP — 13.ª Edição), entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e a trabalhadora a seguir elencada, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir do dia 16 de julho de 2013, ficando a mesma integrada na categoria/carreira de técnico superior.

Número de Identificação Fiscal	Nome	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Remuneração base
230 689 663	Joana Helena Gírio Veloso.	2.ª	15	1.201,48 €

9 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207533765

Aviso n.º 1025/2014

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do

artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência da aprovação da Lista de Diplomados no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP — 13.ª Edição), entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e a trabalhadora a seguir elencada, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2013, ficando a mesma integrada na categoria/carreira de técnico superior.

Número de Identificação Fiscal	Nome	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Remuneração Base
206 910 100	Maria Isabel Landeiro Bargão Pires Henriques	2.ª	15	1.201,48 €

9 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207533684

Aviso n.º 1026/2014

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado

com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e o trabalhador a seguir elencado, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir do dia 2 de dezembro de 2013, ficando o mesmo integrado na categoria/carreira de técnico superior.

Número de Identificação Fiscal	Nome	Posição remuneratória	Nível Remuneratório	Remuneração Base
201108518	Pedro José Trajano Costa das Neves Travessa	2.ª	15	1.201,48 €

9 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207534007

Aviso n.º 1027/2014

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com

o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e a trabalhadora a seguir elencada, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014, ficando a mesma integrada na categoria/carreira de técnico superior.

Número de identificação fiscal	Nome	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Remuneração base
196 901 073	Paula Cristina Albino Fonseca Rodrigues	2.ª	15	1.201,48 €

9 de janeiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Lacasta*.

207533895